



CARLOS MENDES FAÍSCA

BRUNO LOPES

**Desigualdades de rendimento
no Alentejo do Antigo Regime:
Arraiolos, Avis e Portalegre (1690-1725)**

Análise Social, 215, I (2.º), 2015

ISSN ONLINE 2182-2999

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa Portugal — analise.social@ics.ul.pt



Análise Social, 215, 1 (2.º), 2015, 330-354

Desigualdade de rendimento no Alentejo do Antigo Regime: Arraiolos, Avis e Portalegre (1690-1725). A desigualdade era um dos elementos estruturantes da sociedade do Antigo Regime. Partindo desta ideia central, propõe-se neste trabalho determinar a desigualdade de rendimento dos contribuintes dos concelhos de Arraiolos, de Avis e de Portalegre, todos na província do Alentejo, integrando-os na problemática da variabilidade de rendimento das sociedades europeias pré-industriais. As fontes nucleares para este trabalho são os registos de pagamento do imposto da *décima*, contribuição direta e universal talhada para fazer face às despesas da Guerra da Restauração e que perdurou até ao final do Antigo Regime, sendo profundamente alterado durante a monarquia constitucional. Incidindo sobre diversos tipos de rendimento, consubstancia uma fonte de grande importância para o estudo da economia pré-industrial.

PALAVRAS-CHAVE: Alentejo; desigualdade de rendimento; *décima* militar; economia pré-industrial.

Income inequality in Alentejo during the Ancien Régime: Arraiolos, Avis and Portalegre (1690-1725). Inequality was one of the structural elements of the society of the *Ancien Régime*. Departing from this idea, this article aims to trace income inequality levels among tax payers in the municipalities of Arraiolos, Avis and Portalegre, all in the province of Alentejo. It will hopefully contribute to the discussion of income inequality in pre-industrial European societies. The main sources for this work are the records of the *décima*, a direct and universal tax created to meet the expenses of the Restoration War and that lasted until the end of the *Ancien Régime*, being deeply changed during the Constitutional Monarchy. Covering several different types of income, it constitutes a source of great importance for the study of pre-industrial economy.

KEYWORDS: Alentejo; income inequality; *décima* militar; pre-industrial economy.

CARLOS MANUEL FAÍSCA

BRUNO LOPES

Desigualdade de rendimento no Alentejo do Antigo Regime: Arraiolos, Avis e Portalegre (1690-1725)

INTRODUÇÃO

O presente estudo¹ tem como principal objetivo ensaiar uma panorâmica exploratória sobre a desigualdade de rendimento no Alentejo do Antigo Regime. Incide sobre três concelhos desta região, tendo presente a ideia-chave de que a desigualdade era um dos elementos estruturantes da sociedade deste período histórico.

Partindo da análise dos rendimentos dos contribuintes de cada um dos municípios em estudo, pretende-se, através de comparações entre eles, aferir patamares de desigualdade. Na prática, procura-se determinar em que concelhos existiriam maiores ou menores diferenças de rendimento. Para além disso, atendendo à distinção entre o que poderia ser considerado como espaço *urbano* (o aglomerado populacional contínuo das freguesias que incluíam as sedes de concelho) e *rural* (restante espaço territorial das freguesias que incluíam as sedes de concelho, acrescido das paróquias do termo), pretende-se, ainda, identificar eventuais disparidades entre estas zonas. A desigualdade seria maior em que área de cada concelho? No meio urbano ou no rural?

1 Este trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito dos projetos: PTDC/HIS-HIS/123046/2010 – *Preços, Salários e Rendas em Portugal: Séculos XIV a XX*; PTDC/HIS-HIS/118227/2010 – *Grupos Intermédios em Portugal e no Império Português: as Familiaturas do Santo Ofício (c. 1570-1773)*; e UID/HIS/00057/2013. Agradecemos o apoio prestado e a amizade do Prof. Doutor Jaime Reis, da Prof.^a Doutora Conceição Andrade Martins e da Prof.^a Doutora Fernanda Olival. Foram utilizadas as seguintes abreviaturas: ADPTG – Arquivo Distrital de Portalegre; AHMArraiolos – Arquivo Histórico Municipal de Arraiolos; AHMAvis – Arquivo Histórico Municipal de Avis; ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo; CM – Câmara Municipal.

Onde se localizavam as elites económicas? Qual era o nível de desigualdade de rendimento do Alentejo do Antigo Regime, quando comparado com o de outras regiões europeias? E com o panorama atual? Estas são algumas das questões a que se pretende responder ao longo destas páginas, sendo que, em última instância, se almeja contribuir para um conhecimento mais alargado sobre a economia portuguesa do período moderno.

Embora a historiografia económica internacional tenha produzido, desde há alguns anos, diversos trabalhos sobre esta temática (Zanden, 1995; Núñez, 1998; Hoffman *et al.*, 2002; Milanovic *et al.*, 2011), em Portugal o tema é ainda relativamente inexplorado. Será, porém, de referir o trabalho de Manuela Rocha (Rocha, 1994), que analisou a estruturação social do concelho de Monsaraz na primeira metade de Oitocentos, ainda que desfasado da cronologia em apreço. No entanto, para o período pré-industrial, mesmo a bibliografia internacional não é muito abundante. O caso holandês parece ser dos poucos significativamente estudados (Alfani, 2010, p. 514).

Como objeto de estudo foram escolhidos três municípios na região alentejana: Arraiolos, Avis e Portalegre – duas vilas e uma cidade, estatutos que já detinham no Antigo Regime, e que ainda hoje conservam. O recorte cronológico está mediado pelos anos de 1690 e de 1725.

As fontes nucleares são os livros de registo da recolha do imposto designado de “décima militar”, criado no contexto da Guerra da Restauração, de que Portugal foi palco entre 1640 e 1668, após a rutura com a monarquia hispânica.

Para a caracterização das diferentes localidades, para além de estudos contemporâneos, consultou-se bibliografia de natureza geográfica coeva (Costa, 1706; Cardoso, 1747; Niza, 1767), e ainda as *Memórias Paroquiais*, elaboradas em meados do século XVIII.

Este trabalho aborda, numa primeira parte, questões metodológicas, analisando de seguida o estabelecimento de linhas gerais acerca da economia portuguesa, com um enquadramento das particularidades da região alentejana, para depois fazer uma descrição sumária dos três concelhos em estudo. Finaliza com a problemática da desigualdade de rendimento no Antigo Regime, em que se inclui a análise de dados e as respetivas conclusões.

MÉTODO, FONTES, RECOLHA DE DADOS E CONCEITOS

Consumada a rutura política com a coroa castelhana, D. João IV estava a braços com a necessidade de enfrentar o poder do outro lado da fronteira e assegurar a autonomia do trono português. Neste contexto, a monarquia portuguesa necessitava de definir estratégias não só militares, como também financeiras. Entre muitas medidas, foi criado o imposto da “décima militar”, designação

análoga ao dízimo eclesiástico – “pois se considerava que para com o senhor natural se tinham obrigações semelhantes às que se tinham para com o Senhor sobrenatural” (Hespanha, 1993, p. 217).

Assim, a décima consistia na coleta de 10% sobre o rendimento líquido dos indivíduos, sofrendo uma redução em tempo de paz (para 4,5%), e era repartida por renda imobiliária, trabalho (“manejo ou trato”, em expressões coevas), lucro das atividades comerciais e industriais e dinheiro emprestado a juros. Ressalve-se que, tratando-se de um imposto criado num contexto belicoso concreto, perdurou até à primeira metade do século XIX.

Observe-se que, apesar da forte abrangência contributiva deste imposto, eram concedidas algumas isenções às instituições eclesiásticas, às misericórdias e irmandades e aos pobres e indigentes, embora estes últimos fossem registados nos livros. Como novidade, incluía a tributação aos grupos tradicionalmente isentos – o clero² e a nobreza. Note-se que, quanto a este último, a haver isenções dificilmente transparecem na documentação.

A recolha de dados incidiu sobre o valor coletável de cada contribuinte presente nos livros de décima dos concelhos de Avis (1690), de Arraiolos (1700) e de Portalegre (1725), quer dos espaços rurais, quer dos urbanos. Os livros de registo indicam, em todos estes concelhos, o valor coletável total de cada indivíduo, independentemente do tipo de décimas agregadas – manejo, juros, propriedades, etc. Apenas no caso de Avis a fonte distingue os diferentes tipos de rendimentos cobrados. Mesmo neste caso, indica-se o montante total cobrado – que não é mais do que o somatório dos montantes de cada tipo de décima – e foi a partir destes valores que trabalhámos. É ainda de notar que, no caso de um determinado indivíduo possuir qualquer atividade económica numa propriedade rústica noutra freguesia, esse valor foi agregado ao local da sua residência. Assim, por exemplo, os 520 réis cobrados a João Fernandes Miguens, morador na Rua da Porta da Nora, na vila de Avis, pelo moio e cinco alqueires de trigo que paga de foro pela Herdade da Cortezia, foram atribuídos na fonte – e contabilizados por nós – à vila de Avis.

Como referido, este imposto incidia sobre o rendimento estimado da população havendo, contudo, algumas isenções previstas no quadro legislativo: os pobres e os indigentes contavam-se entre os excluídos. No entanto, mesmo estes casos não estavam omissos na documentação, pelo que a ausência do seu pagamento foi contabilizada, tornando a abrangência deste registo

2 “Na verdade, os eclesiásticos (salvo os clérigos comerciantes) sempre estiveram isentos de sisa e quanto às décimas, só vêm a ser sujeitos pelo Regimento de 1762. Mas por pouco tempo, pois logo em 1777 são de novo isentos, apenas voltando a pagá-las a partir de 1796” (Hespanha, 1993, p. 207).

fiscal ainda maior. Nestes casos, atribuímos o valor o que, naturalmente, tem como consequência o aumento da desigualdade de rendimento. No entanto, o número de indivíduos sem qualquer rendimento nunca excedeu 1,4% do total do número de contribuintes por concelho, nem 1,6% de cada subgrupo, que iremos analisar, pelo que o seu efeito é relativamente diminuto.

QUADRO 1

Número de indivíduos não coletados discriminados por concelho e em cada uma das zonas alvo de análise*

Arraiolos		Avis		Portalegre	
Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
7 (1,3)	7 (1,3)	1 (0,4)	0 (0)	0 (0)	14 (1,1)

* Os valores entre parêntesis correspondem à percentagem dos indivíduos não coletados no total das respetivas populações.

Fontes: ADPTG, C.M. Portalegre – *Impostos Gerais – contribuição da décima*; AHMArraiolos, *Livros de décimas de Arraiolos*; AHMAvis, *Livros de lançamento da décima*.

Com recurso aos dados quantitativos que a décima nos concede, podemos estimar a desigualdade de rendimento entre os contribuintes de um determinado concelho. A utilização deste tipo de impostos tem sido reconhecida como a mais fiável na aferição da desigualdade de rendimento pré-industrial (Zanden, 1995, p. 647).

A grande vantagem da análise das décimas prende-se com a sua universalidade, quer devido ao alargado leque de contribuintes taxados, quer pelo facto de incidir sobre diversos tipos de rendimento (de bens imóveis, do trabalho, de capital financeiro, de capital fixo, etc.). Outros tipos de medições utilizados para este mesmo efeito, como, por exemplo, as diferenças salariais ou os impostos sobre bens imóveis, sofrem da limitação de apenas terem em linha de conta uma parte reduzida da população e/ou de contemplarem um único tipo de rendimento. Na realidade, grande parte dos estudos que abordam estes assuntos, para épocas anteriores à Primeira Guerra Mundial, baseiam-se no levantamento de salários reais (Broadberry e O'Rourke, 2010b, pp. 2 e 126), o que apenas é representativo de uma parte da população, excluindo assim outros tipos de rendimento.

Para a estrutura ocupacional de Portalegre, recorreremos ainda a outra fonte fiscal: o imposto da sisa.³ Durante a coleta do ano de 1725, registaram-se

3 “A introdução da sisa em 1387 constituiu a primeira inovação na estrutura das receitas da coroa, ao criar o primeiro imposto de carácter nacional e universal. Tratava-se de um imposto sobre as transações de bens móveis, imóveis e semoventes, primeiro de características →

as ocupações profissionais de grande parte dos contribuintes desta cidade. A transposição das ocupações para uma distribuição setorial contemporânea, obedeceu à descrição destas, disponível em bibliografia especializada (Madureira, Martins e Monteiro, 2002). Não possuímos, porém, dados semelhantes para as restantes localidades em apreço.

Como forma de mensuração da desigualdade de rendimento, socorremos-nos do coeficiente de Gini, uma medida de dispersão estatística. É utilizada para a aferição de desigualdades de uma frequência de distribuição. Este coeficiente traduz-se em valores que variam entre 0 e 1, em que 0 corresponde ao arquétipo da distribuição igualitária, no nosso caso concreto, do rendimento por todos os indivíduos da população considerada, e 1 a unidade significa o expoente máximo da desigualdade, isto é, em que um único contribuinte seria detentor de todo o rendimento.

Ao longo deste artigo utilizam-se, por diversas ocasiões, conceitos contemporâneos para procurar explicar o passado, tais como o de “setor primário”. Como tem sido notado por outros autores, trata-se, por um lado, de instrumentos de análise utilizados conscientemente, para que as ideias e as conclusões se apresentem de forma mais explícita e útil (Lopes, 2010, p. 25); por outro, pretende-se uma abordagem que se estenda na longa duração e estabeleça paralelos com a atualidade.

Uma última clarificação é necessária. As conceptualizações de “Antigo Regime” e de “sociedade ou economia pré-industrial” parecem, por vezes, surgir alternadamente. É evidente que não são conceitos sinónimos, já que o primeiro remete para uma estrutura sociopolítica da Europa, e o segundo para uma realidade essencialmente económica. No entanto, estes dois vetores estão presentes no Portugal setecentista, já que o Antigo Regime português foi, do ponto de vista económico, uma sociedade pré-industrial.

O ALENTEJO NO PANORAMA MACROECONÓMICO E POPULACIONAL DE PORTUGAL DURANTE O SÉCULO XVIII

A historiografia tem demonstrado que, no início do século XVII, ocorreu um período de divergência económica entre o Sul europeu (Braudel, 1993; Cipolla, 1989) e os países do Norte atlântico, fenómeno que alguns estudos macroeconómicos mais recentes corroboraram (Reis, 2005, pp. 197-198). Na realidade,

locais, mas que em período de guerra com Castela e após aprovação em cortes vai ser lançado a nível nacional, tornando-se rapidamente uma das fontes mais importantes para o financiamento das despesas régias” (Silva, 2010, pp. 241-242). Não, era contudo universal, pois havia isentos, como o clero (*Ordenações Fil.*, L.º II, tit. XI).

foi durante o início da época moderna que o Noroeste europeu – sobretudo a Holanda e a Inglaterra – se começou a afastar do resto da Europa – onde se inclui a Península Ibérica – em termos de crescimento económico, com repercussões visíveis em termos da urbanização, da produtividade e do crescimento dos níveis de vida. Depois da fugaz hegemonia de Génova, nunca mais o centro da economia mundial regressou ao Sul da Europa.

Portugal, numa posição menos central, não foi alheio a esta tendência: durante a centúria de seiscentos, os salários reais caíram e os trabalhadores diminuíram o seu poder de compra, face a idêntico período de quinhentos (Faísca, 2012). Mesmo assim, no final do século XVII, “começou-se a assistir a uma viragem da conjuntura, com a economia a sair do estado depressivo anterior. Vários fatores concorreram para essa mudança, que, diga-se de passagem, se antecipou em alguns anos àquela que viria também a marcar a economia internacional. Mas o principal desses fatores foi o início da mineração de ouro no Brasil”. Esta recuperação da economia portuguesa manteve-se, pelo menos, durante as primeiras décadas do século XVIII (Serrão, 1993, p. 72).

A evolução populacional deste período é, contudo, um pouco diferente, embora possa haver divergências numa ou noutra zona. Ou seja, regista-se uma taxa de crescimento anual médio negativo, que se estende desde os finais do século XVII até ao início dos anos de 1730, o que tem sido tradicionalmente associado à emigração para a colónia brasileira, seguindo-se, na restante centúria, uma época de tímido crescimento populacional, típico do Antigo Regime (Serrão, 1993, pp. 50-52; Rodrigues, 2009, pp. 252-256). Por outro lado, o nível de urbanização manteve-se baixo, sem que os aglomerados urbanos tenham conseguido aumentar a sua importância percentual ao longo do século XVIII, o que contrasta com a evolução do contexto europeu (Rodrigues, 2009, p. 264).

Como foi já referido, o recorte cronológico deste trabalho está balizado pelos anos de 1690 e de 1725. Deste modo, estamos perante um período de transição entre uma fase recessiva ou de estagnação e o início do crescimento.

Caracterize-se em seguida, em breves linhas, a província alentejana: “Alemtejo. Provincia de Portugal, que pello espaço de algumas trinta, & seis legoas de comprimento, & trinta & quatro de largo se estende entre o Tejo, & Guadiana. Suas cidades principaes são Evora, Elvas, Portalegre, Estremòs, Beja, &c”, assim nos descreve Raphael Bluteau, no primeiro quartel do século XVIII, a região alvo desta análise (Bluteau, 1712-1728, vol. 1, p. 236).

Esta província ocupava, nos princípios do século XVIII, cerca de 28% da área geográfica metropolitana, sendo a região menos povoada de Portugal, com uma densidade média que oscilava entre os 8,7 e os 10 hab/km², quando

a média nacional se cifrava nos 30 hab/km² (Rodrigues, 2009, pp. 257-258). Até ao começo do século XVIII, terá perdido cerca de um quarto dos seus habitantes e a recuperação ao longo da centúria foi paulatina; neste período a população dos bispados de Elvas e de Portalegre diminuiu, e em meados do século ainda não tinha alcançado os índices populacionais dos primeiros anos. Em quinhentos, era das zonas com mais cidades no país, mas, a partir daí, estagnou longamente em matéria de urbanização. “No entanto, a província alentejana não pode ser vista como uma região uniforme, pois é possível detetar pólos de atracção populacional”, como em algumas partes do arcebispado de Évora, onde se registaram algumas situações de “crescimentos populacionais de monta” (Rodrigues, 2009, pp. 257-258).

Sabe-se hoje que a agricultura e os modos de trabalhar a terra tinham as suas particularidades regionais – como na atualidade ainda acontece –, sendo certo que ela ocupava um papel determinante na sociedade portuguesa do Antigo Regime. Havia assim uma enorme predominância do “setor primário”, aos olhos dos conceitos da contemporaneidade. Na realidade, este setor, essencialmente agrícola, só deixou de ocupar a maioria da população nos anos de 1960 (Pinheiro, 1997).

No Alentejo setecentista, apesar de significativas diferenças locais, ganhava expressão a produção agrícola sob o modo de latifúndio. Numa mesma parcela de terra, coexistiam diferentes personagens, que iam desde o lavrador, que controlava a exploração (alodial, enfiteútica ou arrendada), aos seus trabalhadores agrícolas, aos caseiros, ou aos escravos. A todos estes, em muitos casos, teriam de ser somados os restantes membros da família de cada indivíduo. A memória paroquial da freguesia de Nossa Senhora da Graça do Divor, no termo de Évora, é, neste particular, muito elucidativa: “ao 3.º tem ao presente cento e sincoenta e sette vezinhos, ou moradores, que vivem em cazas suas, ou em herdades de lavradores entrando em este número lavradores com suas famillias, e criados, homens cazados, solteiros, veuvos que todos, ou cada hum destes com suas famillias fazem a quantia setecentos e doze pessoas maiores ao presente” (Grilo, 1988).

Os lavradores eram os eixos centrais do trabalho da terra no Alentejo. Eram eles que administravam uma ou várias herdades (Fonseca, 1990; Fonseca e Santos, 2001) cedidas ao mesmo lavrador por arrendamento ou enfiteuse.⁴

4 “A maioria das grandes propriedades, no Alentejo como em todo o País, estava dividida em enfiteuse (*foro*). Uns foros perpétuos, outros em prazo de vidas, durante três gerações, praticamente renováveis; de facto, ‘a enfiteuse corresponde bem a esta tendência perpétua que os historiadores franceses chamam propriedade’ (p. 757). Conclusão de grande importância, em que Silbert insiste, apoiando-a fortemente” (Ribeiro, 1970, p. 140).

Tomemos um exemplo elucidativo desta realidade. Em 1699, no concelho de Montemor-o-Novo, a população agrícola seria de 1080 indivíduos, dos quais 20,2% correspondiam a lavradores e os restantes 79,8% a trabalhadores agrícolas. Na prática, eram cerca de quatro trabalhadores por cada lavrador (Monteiro, 2010, p. 83), o que representa um acesso à terra bastante desigual. No entanto, o grupo dos “lavradores” era também ele bastante heterogéneo, já que, no caso de Avis, nos finais do século XVII, numa sociedade que se caracterizava “por uma forte presença de pequenos e grandes lavradores que trabalham as terras de grandes proprietários [...] este grupo apresentava grandes diferenças entre os níveis de rendimento dos seus elementos” (Almeida, 2004, p. 102).

Nestas dinâmicas, será se salientar, ainda, a importância dos pequenos exploradores agrícolas, nomeadamente os seareiros. Segundo Bluteau (1712-1728, vol. 8, p. 533), um *seareiro* era um *lavrador que semeava a terra*; no entanto, no caso concreto da província alentejana, era “aquele que tem poucas, & pequenas herdades, que lavar” e, por isso, não era comum chamar-se-lhe *lavrador*, mas antes *seareiro*, o qual lavrava com uma parilha de bois. Quando o seareiro acedia à terra em parceria, a sua atividade principal estava ligada com “a folha de cultura, e por isso não lhes pertencem restolhos e outras pastagens” (Ribeiro, 1970, pp. 142-143). As herdades tanto podiam estar arrendadas (por inteiro) aos lavradores, que frequentemente subarrendavam a seareiros algumas parcelas em regime de parceria (Silbert, 1978, pp. 818-819), como serem parceladas e depois arrendadas aos seareiros. No fundo, a maior ocorrência de seareiros poderia significar uma menor desigualdade local, uma vez que o acesso à terra estava mais distribuído (Silbert, 1978, pp. 1036-1037).

Este regime de propriedade contribuiu para que a pouca população, composta, na sua grande maioria, por trabalhadores não proprietários, se concentrasse nas cidades e nas vilas alentejanas (Fonseca e Reis, 2011, p. 39). Assim, não obstante a sua densidade populacional reduzida, o Alentejo era, a par com a Estremadura e o Algarve, uma das regiões portuguesas com maior taxa de urbanização (Rodrigues, 2009, p. 264).

O território era composto, em grande parte, por terrenos incultos e, mesmo nas terras trabalhadas, os lavradores optavam pelo sistema de rotação trienal, com pousio de um a dois anos, acrescido de 12 meses em que a terra era arada, mas não semeada (Fonseca e Reis, 2011, p. 39). Aliás, esta característica alentejana era notada e criticada já à época, havendo autores que afirmavam que se o Alentejo “cultivasse anualmente todas as dilatadas campinas, e charnecas, que tem, daria trigo, centeio, e cevada para todo o mundo” (Castro, 1762, pp. 72-77). Porém, apesar desta reputação, o meio ambiente alentejano apresenta características que nem sempre são as ideais para a atividade agrícola,

nomeadamente a nível do solo, já que este é demasiado delgado e com uma reduzida capacidade de armazenar humidade (Fonseca e Reis, 2011, p. 38).

No que respeita aos cereais, o trigo ocupava a posição central, embora com baixa rentabilidade (Fonseca e Reis, 2011, p. 39), sendo também significativa a produção de cevada e de milho. O arroz apenas começou a difundir-se a partir de 1781 (Ribeiro, 1970, pp. 101-103). Quanto ao gado, este era constituído essencialmente pelas espécies bovinas, caprinas, ovinas e suínas, que se alimentavam de pastagens irregulares, incluindo o terreno em pousio (Fonseca e Reis, 2011, p. 40). Mas não só de agricultura se compunha a economia alentejana: a região possuía uma importante atividade transformadora, caseira e ofical, de onde se destacavam os têxteis, sendo um dos seus principais centros a zona de Portalegre (Fonseca, 1996, pp. 29-41).

Era este o cenário geral da economia e das particularidades alentejanas, ao qual, em seguida, adicionaremos a caracterização dos três municípios alvo deste estudo.

AS VILAS DE ARRAIOLOS E DE AVIS. A CIDADE DE PORTALEGRE

Arraiolos era terra senhorial da Casa de Bragança ininterruptamente desde os finais do século xv. Fazia parte da comarca de Vila Viçosa, sendo sede de um concelho que teria, em 1640, cerca de 340 km² (Farrica, 2010, p. 42). No seu território, o concelho de Arraiolos, contava com uma vila integrada numa única freguesia (Matriz), enquanto outras quatro freguesias se distribuíam pelo seu termo.⁵ Nos arrabaldes da vila localizavam-se dois conventos: um de cónegos seculares de São João Evangelista e outro da Ordem Terceira de São Francisco. O primeiro tinha a seu cargo o Hospital do Espírito Santo, com casa de andantes e enfermaria, no centro da vila, onde estava também localizada a Misericórdia (Cardoso, 1747, p. 591).

“O seu termo he abundante de trigo, centeyo, cevada, azeite, vinho, boas frutas, excellentes meloens, caça & gado: tem tres legoas de comprido, & quatro de largo [...]”, informava o padre António Carvalho da Costa (Costa, 1706, p. 525). Ainda que seja uma vila conhecida pelos seus tapetes, desde, pelo menos, os finais do século xvi, a sua produção aparece pontualmente nas fontes coevas, não sendo possível mensurar a sua importância na economia local (Lopes, 2009). Era zona de *grande curso*, por ser estrada real de Lisboa para Castela, e do Algarve para Coimbra.

A estrutura ocupacional de Arraiolos, no século xviii, é muito pouco conhecida, sendo também bastante lacunar, nesta matéria, o lançamento da

5 Igreja, Santa Ana, São Gregório e São Pedro da Gafanhoeira.

décima. Assim, por exemplo, e para referir o importante grupo social dos “seareiros”, em Arraiolos, em 1715, na Herdade do Outeiro do Granil, freguesia de Igreja, foram imputados 1500 réis de décima de propriedade aos seus seareiros, e mais 200 réis apenas a um seareiro de fabricação da mesma.⁶ Nas décimas de 1700, do mesmo concelho, não foi identificado nenhum indivíduo com esta ocupação, o que não significa linearmente que não os houvesse, uma vez que a documentação, em muitos casos, é omissa. Ou seja, perante o desconhecimento atual da estrutura socioeconómica do município, é impossível quantificar a presença dos diversos grupos sociais arraiolenses.

“Em huma campina raza está fundada a villa de Avis”, sede de comarca e cabeça do município, desmembrado do de Nisa em 1517 (Carvalho da Costa, 1706, p. 566). “De Evora se mudarão os Cavalleiros [até aí designados freires de Évora] para hum lugar alto fronteiro dos Mouros, o que [...] foy chamado Aviz” (Cardoso, 1747, p. 698).

Ainda na primeira metade do século XVII, Avis era uma vila muralhada com cinco torres e seis portas, e no seu arrabalde existiam três ruas “formosas”. Por esta altura, em termos comparativos, a vila de Arraiolos há muito que abandonara o espaço do castelo medieval e tinha-se espalhado pela encosta. Avis resumia-se a uma única paróquia com área urbana, e no seu termo contavam-se sete freguesias.⁷ Tinha também casa da Misericórdia e hospital (Carvalho da Costa, 1706, p. 566), para além do convento dos freires da Ordem de Avis.

A principal atividade económica do concelho seria a criação de gado, sobretudo caprino, ovino e suíno. Aproveitando-se os extensos montados de sobre e de azinho, que forneciam também, numa lógica complementar, vários produtos tipicamente florestais como a lenha, o carvão e a cortiça. Existiam ainda, em menor medida, nas terras mais férteis das zonas sudeste e central do município, diversas culturas cerealíferas, hortícolas e oleícolas (Almeida, 2004, pp. 99-101).

Quanto à composição populacional, Avis apresenta alguma distribuição no acesso à terra, com “uma sociedade constituída por 44% de lavradores rendeiros, 22% de trabalhadores indiferenciados (*de seu maneio*) e 12% de trabalhadores fixos das herdades, ligados à pastorícia. E ainda 4% de hortelões e 7% de artesãos, além de 4% de comerciantes e percentagens residuais de categorias profissionais ligadas aos serviços” (Almeida, 2004, p. 102). Posteriormente, a partir de finais do século XVIII, assiste-se, de uma forma quase definitiva, à concentração da lavoura nas mãos de um grupo reduzido (Almeida, 2004,

6 AHMArraiolos, *Décimas de Arraiolos*, L.º 34, fól. 55v.

7 Casa Branca, Ervedal, Nossa Senhora dos Barros, Santa Margarida da Aldeia Velha, Santo António do Alcorrêgo, São Domingos de Bemelide e São Pedro de Alcorrêgo.

p. 102). Por outro lado, como já referimos, existe uma grande heterogeneidade entre os “lavradores”, ou seja, poder-se-ia esperar, com esta estrutura socioeconómica, alguma atenuação da desigualdade de rendimento que, como veremos, não se irá verificar.

Por último, o concelho de Portalegre dividia-se em dez freguesias, metade urbanas⁸ e metade rurais.⁹ Era cabeça de comarca e sede de bispado. Estava encravado na Serra de São Mamede, cujos vales eram “povoados de frescos soutos, & copiosissima quantidade de pomares e de gostosas frutas, & amenas hortas, que regão as aguas de cinco mil fontes perenes” (Carvalho da Costa, 1706, p. 555). Era banhado por três rios e quatro caudalosas ribeiras: “todas estas aguas correm por terra muy fragosas, mas todas povoados de frescos arvoredos com muitas azenhas & moinhos” (Carvalho da Costa, 1706, p. 555). Tinha um vale de oliveiras cuja azeitona era moída em 24 lagares “onde se fabrica muito azeite, que sustenta a fabrica dos panos, & a do sabão, que he o melhor do Reyno” (Carvalho da Costa, 1706, p. 555).

De facto, Portalegre, cidade considerável e povoada (Silbert, 1978, p. 770), situa-se junto a um acidente geográfico – a Serra de São Mamede – que influenciou a sua economia rural. Esta elevação cria uma “ilha climática”, de *nuances* continentais, que contrasta com o clima mediterrânico do restante Alentejo. Por este motivo, esta região apresenta características económicas muito próprias. Desde logo, o cultivo de cereais, embora não muito abundante, pautava-se pelo predomínio do centeio. Adicionalmente, possuía, neste contexto alentejano, uma singular produção vinícola e uma exclusiva produção de castanhas (Silbert, 1978, pp. 405-410). Estas características agrícolas – culturas mais produtivas e intensivas em trabalho – favorecem a repartição da posse da terra e, por outro lado, esta região foi identificada como uma das principais zonas do “coletivismo agrário” do Sul, através, sobretudo, da utilização generalizada de grandes extensões de terras comunitárias (Silbert, 1978, pp. 963-964).

Na pecuária, assistia-se à preponderância de cabras e de ovelhas, com especial incidência nas segundas, devido à presença de uma importante indústria de lanifícios (Silbert, 1978, p. 678). Esta cidade distinguia-se ainda pela presença de uma significativa indústria manufatureira especializada no fabrico de têxteis – essencialmente tapeçarias e vestuário –, que dinamizava as atividades comerciais locais (Silbert, 1978, p. 178; Pedreira, 2005, p. 185). A cidade

8 Nossa Senhora da Assunção – Sé, São Lourenço, São Martinho, Santa Maria Madalena e Santiago Maior.

9 Santiago da Caiola, São Domingos de Fortios, São Gregório do Reguengo, São Miguel da Alagoa e São Sebastião da Carreira.

tinha ainda três conventos de frades (São Francisco, Agostinhos Descalços e um Colégio da Companhia de Jesus), um mosteiro de clarissas e outro de religiosas bernardas. Tinha Misericórdia e hospital e um recolhimento de terceiras de São Francisco.

Em resumo, o concelho de Portalegre teria aparentemente uma maior distribuição da terra e, conseqüentemente, dos rendimentos dela provenientes, mas, por outro lado, a presença de um verdadeiro núcleo urbano poderia funcionar como um fator potenciador da desigualdade.

Para complementar a caracterização dos espaços alvo de estudo ao longo destas páginas, falta-nos a informação acerca do número de indivíduos moradores em cada um deles. Se a população portuguesa cresceu, pelo menos a partir dos anos de 1730, será normal que as *Memórias Paroquiais* refiram quantitativos mais elevados que os livros das décimas, na medida em que são posteriores, apresentando um desfazamento de quase 70 anos em relação às décimas de Avis (1690), por exemplo.

Tal como assinalam Leandro Prados e Carlos Nogal (2006) a definição de “centro urbano” tem sofrido uma considerável oscilação, correspondendo habitualmente a um determinado número de habitantes de uma localidade. Os números variam consoante os autores, porém raramente uma povoação é considerada como um *núcleo urbano* se possuir uma população inferior aos cinco mil habitantes (Bairoch, Batou e Chèvre, 1988). A análise da população das três localidades em apreço permite-nos concluir que, com exceção de

QUADRO 2

População total dos concelhos em estudo em 1758*

Concelho	Fogos	População	Dimensão do agregado (média do concelho)
Arraiolos ¹	1000	4220	4,5
Avis ²	948	3539	3,7
Portalegre ³	2358	9162	3,9

* Nos casos em que havia falta de indicação do número de habitantes, multiplicou-se o número de fogos por 4,3 (Rodrigues, 2009, p. 177), por exemplo nas localidades do termo da vila de Arraiolos.

1 ANTT, *Memórias paroquiais: Igreja Nova* – vol. 18, n.º (J) 14, pp. 95-98; *Santa Ana* – vol. 13, n.º (E) 23, pp. 201-202; *São Gregório* – vol. 42, n.º 124, p. 71; *São Pedro da Gafanhoeira* – vol. 42, n.º 107, p. 65; *vila* – vol. 5, n.º 7, p. 599-604.

2 ANTT, *Memórias paroquiais: Casa Branca* – vol. 10, n.º 235, pp. 1587-1588; *Ervedal* – vol. 13, n.º (E) 37, p. 291-298; *Nossa Senhora da Graça* – vol. 5, n.º 63, pp. 925-936; *Nossa Senhora dos Barros* – vol. ?, n.º 55, pp. 389-391; *Santa Margarida da Aldeia Velha* – vol. 22, n.º 54, p. 353-362; *Santo António de Alcôrrego* – vol. 2, n.º 10, pp. 105-110; *São Domingos de Bembelide* – vol. 6, n.º 88, pp. 643-646; *São Pedro de Alcôrrego* – vol. 2, n.º 11, pp. 111-112.

3 Ventura (1995, pp. 93-136).

Portalegre, nem Avis nem Arraiolos se constituíam como verdadeiros “centros urbanos”. No entanto, são os livros das décimas que fazem essa distinção quando, no arrolamento dos contribuintes, distinguem a “vila” do “campo”, organizando os contribuintes da primeira pelas respectivas residências, identificando univocamente os arruamentos em que estas se situam, enquanto os indivíduos das paróquias rurais são agrupados meramente por freguesia e/ou herdades. As zonas rurais das freguesias, que incluem as vilas-sede de concelhos, encontram-se identificadas pelas fontes como “campo” e, sem ostentarem toponímia, foram contabilizadas juntamente com a coleta das freguesias totalmente rurais. Os livros estabelecem com rigor esta distinção.

É precisamente a partir daqui que foi feita a nossa análise, na qual tomámos em conta que a exiguidade urbana de Arraiolos e de Avis pode ter contribuído para os resultados que iremos apresentar.

DESIGUALDADE DE RENDIMENTO NO ANTIGO REGIME

Como já referimos, a história está profundamente marcada por desigualdades: a social, que atinge dentro do mesmo território determinados grupos, e a espacial, cuja expressão máxima é a pobreza, que se regista hoje nos países designados de *terceiro mundo*. Neste trabalho, interessar-nos-á a primeira. Percecionada pelos seus contemporâneos e com um forte impacto social, várias correntes económicas abordaram este problema. Assim, perfilhando uma linha de pensamento malthusiana, uma corrente que defendeu que a desigualdade de rendimento, no período pré-industrial, estaria condenada a aumentar num movimento paralelo ao crescimento da população, visto que a pressão populacional sobre uma quantidade limitada de terra e recursos levaria, tendencialmente, a que os trabalhadores auferissem apenas o rendimento necessário à sua subsistência, enquanto os proprietários prosperavam. Em seguida, a visão marxista, saindo do quadro de uma economia agrícola e analisando o impacto da Revolução Industrial, afirmou que a industrialização causaria também um crescente hiato de rendimento (Lindert, 2000, p. 11). O corolário que subjaz a estas duas tradições intelectuais é, portanto, o do crescimento contínuo da desigualdade de rendimento, quer no período pré-industrial, quer durante a industrialização.

Contudo, Simon Kuznets publicou um trabalho (1955) feito a partir da recolha de dados empíricos, no qual sustentou que a desigualdade de rendimento nos Estados Unidos da América, no Reino Unido e na Alemanha, crescera durante os primeiros estádios da industrialização, tendo posteriormente sido atenuada, pelo que este cenário é graficamente representado por um “U” invertido. Ou seja, no período pré-industrial, a desigualdade não seria

terrivelmente elevada, ainda que se tratasse de sociedades, noutros aspetos, extremamente desiguais.

Após a publicação deste trabalho, uma grande quantidade de investigadores procurou testar esta hipótese, chegando-se a um certo consenso relativamente à evolução deste indicador, na sua metade descendente, que normalmente corresponde, consoante os casos, a um período cronológico mais ou menos recuado dentro do século xx (Milanovic, Lindert e Williamson, 2011, p. 255).

No entanto, os diversos trabalhos desenvolvidos que se focaram no impacto inicial do “crescimento económico moderno” (segundo a terminologia de Kuznets) produziram conclusões divergentes (Zanden, 1995, p. 644; Milanovic, Lindert e Williamson, 2011). Assim, se em alguns países, como a Inglaterra e os Estados Unidos da América, a desigualdade de rendimento parece ter obedecido ao padrão de incremento e de queda, noutros locais da Europa – como, por exemplo, a Dinamarca, a Noruega, ou algumas regiões da Alemanha –, o crescimento da desigualdade de rendimento, durante a industrialização, apresenta-se como bastante controverso (Zanden, 1995, p. 643). Por outro lado, nas regiões europeias economicamente mais dinâmicas, em locais como a Inglaterra, a Holanda e parte da França, tem sido defendido que o aumento da desigualdade de rendimento já se vinha a agravar no período do Antigo Regime, devido ao sucesso alcançado por estas economias (Zanden, 1995; Broadberry e O’Rourke, 2010a, p. 232).

Infelizmente, na ausência de uma série temporal, e até que se compilem novos dados, não nos poderemos debruçar sobre esta problemática, ficando por determinar, por exemplo, a eventual existência de uma relação entre o crescimento económico pré-industrial português e o incremento da desigualdade, e vice-versa.

Ainda assim, será possível perspetivar algumas conclusões sobre a questão da desigualdade, através do estudo de caso destes concelhos alentejanos.

A DESIGUALDADE DE RENDIMENTO DO ALENTEJO DO ANTIGO REGIME MEDIDA POR PADRÕES CONTEMPORÂNEOS

Este título pressupõe, à primeira vista, um anacronismo, já que procura comparar realidades de sociedades que o processo histórico tornou substancialmente diferentes. Contudo, devido ao quadro teórico descrito anteriormente, esta análise ganha a sua pertinência. A hipótese formulada por Kuznets sustenta que a desigualdade de rendimento do Antigo Regime, de uma forma geral, seria relativamente tímida (Kuznets, 1955; Alfani, 2010, p. 513), enquanto os defensores do seu agravamento nas economias mais bem-sucedidas do Nordeste da Europa, excluem, implicitamente, Portugal deste quadro. Pode-se

também pensar que o incluem numa zona de menor desigualdade: “in other parts of western Europe – in Southern Italy for example – income inequality was probably much lower than in the northwest” (Broadberry e O’Rourke, 2010a, p. 233).

No campo oposto, existem autores que, recorrendo a um método e a fontes significativamente diferentes das portuguesas, concluíram que a desigualdade de rendimento inerente às sociedades agrícolas do Antigo Regime seria já bastante elevada, apenas comparável, em termos contemporâneos, às economias em vias de desenvolvimento, cujas estruturas económicas ainda se mantêm essencialmente agrícolas (Milanovic, Lindert e Williamson, 2011, p. 268). Assim, para estes autores, a existência de uma elevada desigualdade deste tipo não é exclusiva do período da “industrialização”. Guido Alfani (2010, pp. 546-547), centrando-se numa cidade italiana, concluiu que a desigualdade de riqueza (conceito que embora não corresponda exatamente ao de rendimento, tem uma forte correlação com este) cresceu no período moderno, mesmo perante uma economia em crise, e uma população em declínio. Estes estudos demonstram a multiplicidade de interpretações possíveis acerca desta temática, inclusive num contexto de forte interesse pela história comparada.

Regressando ao caso do Alentejo do Antigo Regime, os cálculos efetuados para este trabalho colocam-no a par desta última interpretação, como se pode verificar através do quadro 3. Ou seja, a desigualdade de rendimento era uma

QUADRO 3

Desigualdade de rendimento nos concelhos estudados e numa seleção de sociedades contemporâneas

Concelho / país / unidade política	Ano	Coefficiente de Gini
Avis	1690	0,67
Seychelles	2007	0,66
Arraiolos	1700	0,66
África do Sul	2009	0,63
Honduras	2009	0,57
Portalegre	1725	0,51
Estados Unidos da América	2011	0,41
Portugal	2011	0,34
União Europeia	2010	0,31

Fontes: World Bank (2012) e Eurostat (2012); ADPTG, C. M. Portalegre, *Impostos Gerais – contribuição da décima*; AHMArraiolos, *Livros de décimas de Arraiolos*; AHMAvis, *Livros de lançamento da décima*.

realidade bastante expressiva, que atualmente apenas encontra paralelo em algumas das economias mais desiguais do planeta.

Na realidade, esta região apresenta, inclusivamente, num período cronológico semelhante, uma desigualdade de rendimento muito superior à holandesa, um dos países em que esta parece ter aumentado como consequência do desenvolvimento económico (Zanden, 1995; Broadberry e O'Rourke, 2010a, p. 233). Esta comparação com o trabalho de Zanden (1995) tem a particularidade de o autor holandês ter utilizado um método semelhante ao nosso – a análise de uma fonte fiscal direta e universal. Acresce que a Holanda é um dos raros exemplos de países onde se estudou exaustivamente este assunto (Alfani, 2010, p. 514).

Como se pode observar nas figuras 1 e 2, a desigualdade de rendimento verificada nos espaços portugueses é sistematicamente superior à alcançada tanto nos meios rurais holandeses, como nos meios urbanos.

FIGURA 1
Desigualdade de rendimento em zonas urbanas da Holanda e Alentejo (1690-1750)

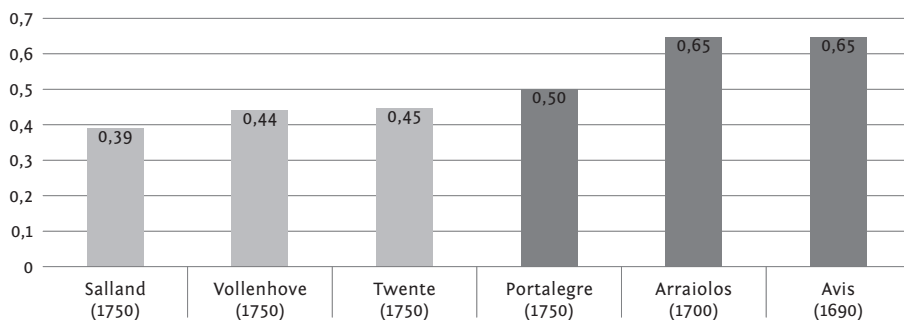
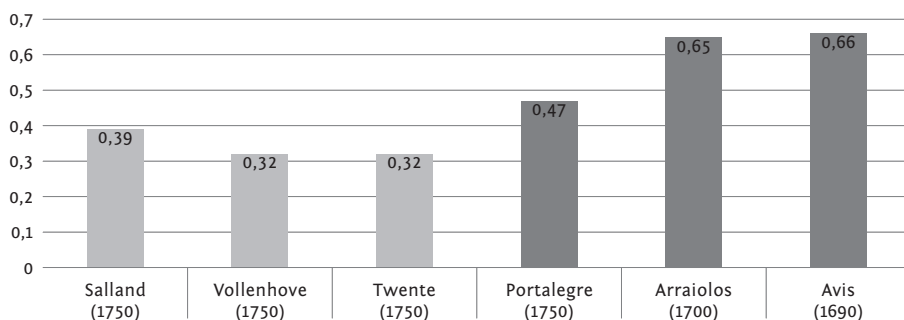


FIGURA 2
Desigualdade de rendimento em zonas rurais da Holanda e Alentejo (1690-1750)



Com uma análise geográfica – procurando abarcar um quadro representativo da sociedade portuguesa setecentista – e temporal mais alargada, poder-se-ia testar a relação entre desenvolvimento económico e a variação da desigualdade, numa perspetiva comparada com o caso holandês. Este exercício é facilitado pelas evidências, à luz do conhecimento histórico atual, de que a economia portuguesa estaria a iniciar um ciclo de crescimento na primeira metade do século XVIII, sem que, no entanto, o seu nível de desenvolvimento económico fosse superior ao holandês. Por outro lado, o ciclo do ouro não se traduzia em impactos desta natureza, designadamente na província a Sul do Tejo.

A DESIGUALDADE NO MUNDO RURAL E NO URBANO

Às regiões urbanas têm sido apontadas maiores desigualdades de rendimento (Soltow, 1989; Zanden, 1995). Esta situação tem sido explicada pelo facto de nas áreas urbanas se verificar uma maior concentração de capital, em torno de uma maior quantidade de indivíduos com recursos superiores, e também pela transferência de recursos do meio rural para o urbano, visto ser nas cidades que os grandes proprietários rurais estabeleciam as suas residências. Adicionalmente, a coexistência, no mesmo espaço físico, de um significativo número de pessoas ligadas ao setor agrícola, gerador de menores rendimentos, e de trabalhadores ligados a setores com uma rentabilidade mais elevada – a indústria e o comércio –, constituiria, também, uma explicação para estas diferenças (Zanden, 1995, pp. 649-655). Por último, tem sido também notada uma correlação positiva entre a dimensão do núcleo urbano e a desigualdade de rendimento: quanto maior o núcleo urbano, mais vincadas seriam também estas situações, levando a um agravamento da desigualdade de rendimento (Zanden, 1995, p. 661).

Atendendo ao cenário descrito, deveríamos encontrar sistematicamente uma maior desigualdade nos meios urbanos, com especial incidência na cidade de Portalegre, o maior núcleo urbano dos três em estudo, e o único com tal estatuto desde 1550.

Contudo, o que verificámos não poderia estar mais distante da caracterização que acabámos de fazer. Por um lado, não foram identificadas diferenças

QUADRO 4
Desigualdade de rendimento dos três concelhos estudados

Concelho	Coefficiente de Gini
Avis	0,67
Arraiolos	0,66
Portalegre	0,51

Fontes: ADPTG, C. M. Portalegre, *Impostos Gerais – contribuição da décima*; AHMArraiolos, *Livros de décimas de Arraiolos*; AHMAvis, *Livros de lançamento da décima*.

significativas de desigualdade de rendimento entre as áreas urbanas e as rurais; por outro, a cidade de Portalegre apresentou um coeficiente de Gini inferior ao das vilas de Arraiolos e de Avis, não obstante o primeiro concelho ter sido o único onde a desigualdade de rendimento se mostrou ligeiramente superior na área urbana.

QUADRO 5
Desigualdade de rendimento discriminando as áreas rurais e as urbanas

Área urbana	Coeficiente de Gini	Área rural	Coeficiente de Gini
Avis	0,65	Avis	0,66
Arraiolos	0,65	Arraiolos	0,65
Portalegre	0,50	Portalegre	0,47

Fontes: ADPTG, C. M. Portalegre, *Impostos Gerais – contribuição da décima*; AHMArraiolos, *Livros de décimas de Arraiolos*; AHMAvis, *Livros de lançamento da décima*.

O coeficiente de Gini oferece uma visão precisa sobre o grau de desigualdade na distribuição do rendimento, porém não possui o detalhe necessário para se compreender como isso se faz sentir nas várias camadas da sociedade. Este aspeto torna-se pertinente, quando aplicado comparativamente às áreas urbanas de Arraiolos, de Avis e de Portalegre. Seria importante analisar se existe algum patamar *responsável* pela menor desigualdade de rendimento portalegrense, como, por exemplo, um menor peso de elementos com maior rendimento, que habitualmente residem nas cidades.

No entanto, ao examinarmos os quadros 6 e 7, verificamos que é em Portalegre que os contribuintes com maiores meios obtêm uma maior proporção do rendimento total (19,44%), ainda que a diferença não impressione quando a comparamos com Arraiolos (18,80%) e com Avis (15%).

Analisando os restantes grupos, apesar de existirem algumas diferenças entre as localidades, destaca-se novamente Portalegre, já que é na metade inferior da população que encontramos maiores disparidades entre este e os demais concelhos. No fundo, é este o segmento da população *responsável* pela existência de uma maior equidade de rendimento. A diferença é de facto significativa, já que os portalegrenses com menores rendimentos auferem o dobro, em termos relativos, com cerca de 20,6% do rendimento total da cidade, quando comparados com os rendimentos dos seus congéneres arraiolenses (10,32%) e avisenses (8,32%).

O quadro 7, que apresenta o mesmo exercício para as áreas rurais, demonstra uma realidade em tudo semelhante. Há, no entanto, que assinalar algumas diferenças, ainda que relativamente suaves, mas, ainda assim, com expressão.

QUADRO 6

Distribuição de rendimento das áreas urbanas por escalões de rendimento*

Áreas urbanas	Coef. Gini	1% com maior rendimento	5% com maior rendimento	10% com maior rendimento	Decis 10 a 50%	50-100% com menor rendimento
Avis	0,65	15,0%	34,7%	48,7%	42,4%	8,3%
Arraiolos	0,65	18,8%	42,4%	54,4%	35,3%	10,3%
Portalegre	0,50	19,4%	39,0%	48,6%	30,8%	20,6%

* Na fixação destes escalões de rendimento seguimos o método utilizado por Zanden (1995, p. 654).

Fontes: ADPTG, C. M. Portalegre, *Impostos Gerais – contribuição da décima*; AHMArraiolos, *Livros de décimas de Arraiolos*; AHMAvis, *Livros de lançamento da décima*.

QUADRO 7

Distribuição de rendimento das áreas rurais por escalões de rendimento

Áreas urbanas	Coef. Gini	1% com maior rendimento	5% com maior rendimento	10% com maior rendimento	Decis 10 a 50%	50-100% com menor rendimento
Avis	0,66	12,7%	36,8%	50,5%	42,0%	7,5%
Arraiolos	0,65	7,7%	28,4%	44,6%	49,0%	6,5%
Portalegre	0,47	11,3%	31,4%	42,3%	35,6%	22,2%

Fontes: ADPTG, C. M. Portalegre, *Impostos Gerais – contribuição da décima*; AHMArraiolos, *Livros de décimas de Arraiolos*; AHMAvis, *Livros de lançamento da décima*.

Em todos os concelhos, os contribuintes com maiores rendimentos têm, de forma sistemática, uma percentagem sobre o rendimento total menor por comparação com o mesmo grupo nas respetivas áreas urbanas. Deste modo, parece confirmar-se a ideia de que a acumulação de rendimento, embora de forma modesta, se situa nas áreas urbanas. Por outro lado, novamente nos casos de Arraiolos e de Avis, a metade inferior da população possui um rendimento muito inferior ao homólogo grupo portalegrense. Devido à ausência de outro tipo de dados, este panorama parece difícil de explicar, no entanto avançaremos algumas hipóteses.

ARRAIOS E AVIS:

AUSÊNCIA DE UMA POPULAÇÃO ESPECIFICAMENTE URBANA?

Nos casos de Arraiolos e de Avis, devido à reduzida dimensão dos seus núcleos “urbanos”, podemos supor que, na realidade, eram apenas extensões de um meio rural. Esta explicação torna-se ainda mais sedutora se tivermos

em linha de conta o que alguns autores têm verificado no estudo das ocupações dos núcleos populacionais de grande parte do Sul de Espanha como, por exemplo, na Andaluzia (Casado, 2001; Prados de la Escosura e Nogal, 2006, pp. 11-12). Nestas regiões, devido à existência de uma estrutura fundiária bastante concentrada, um grande número de trabalhadores agrícolas não-proprietários residiriam nos centros urbanos, embora mantivessem o seu trabalho direcionado para as atividades agrícolas, que desempenhavam no meio rural. Com uma proporção bastante significativa de trabalhadores rurais, nestes centros urbanos far-se-iam repercutir os mesmos padrões de desigualdade de rendimento das regiões rurais, anulando-se desta forma eventuais diferenças significativas entre aqueles núcleos e as zonas rurais envolventes.

Devido à proximidade geográfica, mas sobretudo a uma estrutura de ocupação do território semelhante, típica das regiões do Sul ibérico – centros urbanos dispersos no território aglomerando as populações de grandes territórios –, pode-se colocar seriamente esta hipótese. No entanto, para a testar seria necessário obter a estrutura ocupacional da população urbana destes concelhos, algo de que, infelizmente, não dispomos.

PORTALEGRE:

UMA CIDADE MARCADA PELO ARTESANATO E O COMÉRCIO?

O raciocínio atrás descrito poder-se-ia aplicar ao caso de Portalegre, não fosse dispormos de informação sobre a estrutura ocupacional da cidade. O quadro 8 permite-nos compreender que a percentagem dos trabalhadores do “setor primário”, neste caso praticamente todo dedicado à agricultura (apenas encontramos um pescador), é claramente minoritária no conjunto da população urbana.

Se mais de metade dos contribuintes não se ocupa na agricultura, podemos assumir que a maioria da população auferem um rendimento dos setores mais rentáveis da “indústria” e dos “serviços”, eliminando-se assim o principal fator responsável pelo agravamento da desigualdade de rendimento em meios urbanos: a coexistência de uma maioria da população dedicada ao trabalho agrícola com uma significativa proporção de pessoas envolvidas em setores mais rentáveis (Zanden, 1995, p. 655).

Este raciocínio pode então explicar a menor desigualdade verificada em Portalegre, por comparação com Arraiolos e Avis, e, simultaneamente, o facto de a população com menor proporção dos rendimentos possuir uma maior proporção do rendimento total da cidade. No entanto, se atendermos à estrutura de distribuição de rendimento das zonas rurais do concelho de Portalegre, conclui-se que não existem grandes diferenças e, embora não tenhamos quaisquer

informações sobre a estrutura da economia rural desta localidade, não é expectável que estas populações não se dedicassem ao “setor primário”. Neste caso, todavia, a explicação poder-se-á remeter para a eventual distribuição mais igualitária da propriedade e dos rendimentos agrícolas, fruto da existência de culturas mais produtivas e intensivas em trabalho, e do “coletivismo agrário” do Sul, que se materializa, entre outros aspetos, na utilização generalizada de grandes extensões de terras comunitárias (Silbert, 1978, pp. 963-964).

De qualquer forma, só podemos apontar com maior fiabilidade que a desigualdade de rendimento no concelho de Portalegre é menor do que nos concelhos de Arraiolos e de Avis, devido a uma distribuição mais equitativa entre as camadas da sociedade mais baixas, tanto no espaço urbano como nos rurais. As diferenças que encontrámos, relativamente aos patamares intermédios, são pouco substanciais e, inclusivamente, o segmento da população com maior rendimento reunia, em Portalegre, uma percentagem maior do rendimento disponível daquela cidade por comparação com os municípios de Arraiolos e de Avis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não obstante as suas limitações, devido à falta de dados empíricos e ao reduzido número de núcleos populacionais estudados, este trabalho aponta algumas conclusões tendencialmente relevantes. A primeira é que a desigualdade de rendimento das regiões alentejanas do Antigo Regime era, pelos padrões atuais, apenas comparável à verificada nalguns países em vias de desenvolvimento, sendo muito superior à demonstrada por Zanden para diversas regiões, cidades, vilas e áreas rurais holandesas no mesmo período.

A segunda conclusão prende-se com o facto de os concelhos de Arraiolos e de Avis, demograficamente mais pequenos e com uma menor dimensão urbana, possuírem, ao contrário do que se poderia supor, níveis superiores de desigualdade de rendimento face ao de Portalegre. Ao que tudo indica, os seus rendimentos estão distribuídos de forma mais equitativa entre a metade da população detentora de menor rendimento, podendo este aspeto dever-se ao facto de a estrutura ocupacional da cidade estar sobretudo ligada à atividade

QUADRO 8
Estrutura ocupacional da cidade de Portalegre (1725) por setores de atividade

Setor de atividade	%
Primário	17,6
Secundário	42,6
Terciário	15,2
Outros/Sem indicação	24,6

Fontes: ADPTG, C. M. Portalegre, *Impostos Gerais, Sisas*.

transformadora e aos serviços, setores geradores de maiores rendimentos. Quanto à semelhante estrutura de desigualdade de rendimento nas zonas rurais do concelho de Portalegre, coloca-se a hipótese da existência de uma maior distribuição dos rendimentos agrícolas, devido às características próprias da agricultura local.

A terceira conclusão materializa-se na inexistência de diferença nos níveis de desigualdade de rendimento entre os meios urbano e rural nos concelhos de Arraiolos e de Avis. Uma possível justificação relaciona-se com a semelhança da estrutura ocupacional nas freguesias urbanas e rurais destes municípios. Este facto estaria relacionado com a pequena dimensão e pouca relevância destes centros urbanos, o que teria como consequência uma especialização do trabalho pouco significativa, bem como uma escassa ocupação da população na “indústria” e nos “serviços”. Há ainda a considerar a possibilidade de a estrutura ocupacional das vilas alentejanas pressupor a fixação de um grande número de trabalhadores rurais, devido à grande concentração do património fundiário em poucos proprietários, tal como a historiografia tem assinalado para as regiões limítrofes ao Alentejo no sul de Espanha.

Finalmente assinalem-se alguns extremos: era nos meios urbanos que se situavam os indivíduos com maiores rendimentos, embora este hiato, em relação às zonas rurais, não fosse esmagador; era nas freguesias do termo de Arraiolos que os pobres eram mais pobres e era em Portalegre que os setores intermédios usufruíam de menos rendimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALFANI, G. (2010), “Wealth inequalities and population dynamics in early modern Northern Italy”. *Journal of Interdisciplinary History*, XL (4), pp. 513-549.
- ALMEIDA, M. A. P. de (2004), *Família e Poder no Alentejo (Elites de Avis: 1886-1941)*, Lisboa. Edições Colibri.
- BAIROCH, P., BATOU, J. e CHÈVRE, P. (1988), *La population des villes européennes, 800-1850: banque de données et analyse sommaire des résultats*, Genève, Droz.
- BLUTEAU, R. e SILVA, P. da (1712), *Vocabulário Portuguez, & Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico...*, vol. I, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu.
- BRAUDEL, F. (1993), *O Tempo do Mundo: Civilização Material, Economia e Capitalismo: Séculos XV-XVIII*, Lisboa, Teorema.
- BROADBERRY, S. N., O’ROURKE, K. H. (2010a), *The Cambridge Economic History of Modern Europe*, vol. 1: 1700-1870, Nova Iorque, Cambridge University Press.
- BROADBERRY, S. N., O’ROURKE, K. H. (2010b), *The Cambridge Economic History of Modern Europe*, vol. 2: 1870 to the Present, Nova Iorque, Cambridge University Press.
- CARDOSO, L. (1747), *Diccionario Geografico*, tomo I, Lisboa, Officina Sylvania.

- CASADO, H. (2001), "La economía en las Españas medievales (c. 1000-c.1450)". *Historia Económica de España. Siglos x-xx*, Barcelona, Crítica, pp. 13-50.
- CASTRO, J. B. (1762), *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, tomo I, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno.
- CIPOLLA, C. M. (1989), *Before the Industrial Revolution: European Society and Economy, 1000-1700*, Londres, Routledge.
- COSTA, A. C. da (1706), *Corografia Portuguesa, e Descrição Topografica do Famoso Reyno de Portugal*, Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes.
- FAÍSCA, C. M. (2012), "O preço da crise: níveis de vida no Portugal seiscentista". *Revista de História da Sociedade da Cultura*, 12, pp. 246-263.
- FARRICA, F. (2010), "A câmara de Arraiolos no período das guerras da Restauração: processo eleitoral e composição política". In B. Lopes (ed.), *Conversas à volta de Santana do Campo*, Lisboa, Apenas Livros/Associação Social Unidos de Santana do Campo, pp. 41-65.
- FONSECA, H. A. (1996), *O Alentejo no Século XIX: Economia e Atitudes Económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- FONSECA, H. A., REIS, J. (2011). "The limits of agricultural growth in a fragile eco-system. Total factor productivity in Alentejo, 1750-1850". In M. Olsson e P. Svensson (eds.), *Growth and Stagnation in European Historical Agriculture*, Turnhout, Brepols publishers, pp. 37-66.
- FONSECA, H. A., SANTOS, R. (2001), "Três séculos de mudanças no sector agrário alentejano: a região de Évora nos séculos XVII a XIX". *Ler História*, 40, pp. 43-94.
- FONSECA, J. (1990), "Uma vila alentejana no 'Antigo Regime': aspectos sócio-económicos de Montemor-o-Novo nos séculos XVII e XVIII". *Almansor. Revista de Cultura da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo*, 1.ª série, 4, pp. 119-207.
- GRILO, M. L. B. (1988), "O concelho de Évora nas Memórias Paroquiais de 1758 (1 parte)". *A Cidade de Évora. Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, 71, pp. 187-212.
- HESPANHA, A. M. (1993), "A fazenda". *História de Portugal: o Antigo Regime*, vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 203-239.
- HOFFMAN, P. T. et al. (2002), "Real inequality in Europe since 1500". *The Journal of Economic History*, 62 (2), pp. 322-355.
- KUZNETS, S. (1955), "Economic growth and income inequality". *The American Economic Review*, 45 (1), pp. 1-28.
- LINDERT, P. H. (2000), "When did inequality rise in Britain and America?". *Journal of Income Distribution*, 9, pp. 11-25.
- LOPES, B. (2009), *Contributos para a História dos Tapetes de Arraiolos*, Lisboa, Terramar, Apenas Livros.
- LOPES, M. A. (2010), *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna: Guia de Estudo e Investigação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- MADUREIRA, N. L., MARTINS, M. C. e MONTEIRO, N. G. (2002), *História do Trabalho e das Ocupações. Dicionário das Ocupações*, vol. III, *A Agricultura*, Oeiras, Celta Editora.
- MILANOVIC, B., LINDERT, P. H. e WILLIAMSON, J. (2011), "Pre-industrial inequality". *The Economic Journal*, 121, 551, pp. 255-272.
- MONTEIRO, N. G. (2010), "A ocupação da terra". *História Económica de Portugal: 1700-2000*, 3.ª ed., vol. 1, *O Século XVIII*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 67-91.
- NIZA, P. D. de (1757), *Portugal sacro-profano ou catalogo alfabético*, 3 vols., Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa.

- NÚÑEZ, C. E. (ed.) (1998), *Tendencias en la Desigualdad de la Renta durante la Industrialización*, Sevilla, Universidad de Sevilla.
- PEDREIRA, J. (2005), “A indústria”. *História Económica de Portugal*, 3.^a ed., vol. 1, *O Século XVIII*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 177-208.
- PINHEIRO, M. R. (1997), *Séries Longas para a Economia Portuguesa: Pós-II Guerra Mundial*, Lisboa, Banco de Portugal.
- PRADOS DE LA ESCOSURA, L., NOGAL, C. Á. (2006), “Searching for the roots of retardation: Spain in European perspective, 1500-1850”. *Working Paper da Universidad Carlos III*, n.º 7.
- REIS, J. (2005), “Economic growth, human capital formation and consumption in Western Europe before 1800”. In R. C. Allen, T. Bengtsson e M. Dribe (eds.) *Living Standards in the Past: New Perspectives on Well-Being in Asia and Europe*, Oxford e Nova Iorque, Oxford University, pp. 195-227.
- RIBEIRO, O. (1970), *A Evolução Agrária no Portugal Mediterrâneo: Notícia e Comentário de uma Obra de Albert Silbert*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- ROCHA, M. (1994), *Formas de Estruturação Social em Monsaraz na Primeira Metade do Século XIX*, Lisboa, Cosmos.
- RODRIGUES, T. (ed.) (2009), *História da População Portuguesa: das Longas Permanências à Conquista da Modernidade*, Porto, CEPES, Afrontamento.
- SERRÃO, J. V. (1993), “O quadro económico: configurações estruturais e tendências de evolução”. *História de Portugal: o Antigo Regime*, vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 71-117.
- SILBERT, A. (1978), *Le Portugal méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime: xviii^{ème} – début du xix^{ème} siècle contribution à l'histoire agraire comparée*, 2.^a ed., Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- SILVA, Á. F. da (2010), “Finanças públicas”. In P. Lains, Á. F. da Silva (eds.), *História Económica de Portugal: 1700-2000*, vol. 1, *O Século XVIII*, 3.^a ed., Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 237-263.
- SOLTOW, L. (1989), “Income and wealth inequality in Amsterdam, 1585-1805”, *Economisch – en social-historisch jaarboek*, 52, pp. 155-176.
- VENTURA, R. (1995), “As Memórias Paroquiais de 1758 do actual concelho de Portalegre”. *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*. Nova Série, 10, pp. 93-136.
- ZANDEN, J. L. van (1995), “Tracing the beginning of the Kuznets curve: Western Europe during the Early Modern period”. *The Economic History Review* 48 (4), pp. 643-664.

Recebido a 10-04-2013. Aceite para publicação a 20-04-2015.

FAÍSCA, C. M., LOPES, B. (2015), “Desigualdade de rendimento no Alentejo do Antigo Regime”. *Análise Social*, 215, 1 (2.^o), pp. 330-354.

Carlos Manuel Faísca » carlos.faisca@cm-pontedesor.pt » Município de Ponte de Sor » Av. da Liberdade, n.º 64 F — 7400-218 Ponte de Sor, Portugal.

Bruno Lopes » bruno-lobes85@hotmail.com » Universidade de Évora, CIDEHUS » Palácio do Vimioso, Largo do Marquês de Marialva, 8 — Apartado 94 — 7000-809 Évora, Portugal.
